

LITERATURA, DENÚNCIA E A INCORPORAÇÃO DAS PERIFERIAS DO CAPITALISMO NA VIRADA DO OITOCENTOS: Um debate entre Euclides da Cunha e Joseph Conrad

Cássio Santos Melo*

Resumo:

O texto que ora apresentamos, fruto de debates realizados em sala de aula, objetiva analisar e confrontar duas obras literárias produzidas em períodos semelhantes, mas em continentes diferentes que trataram do modo de vida das populações das florestas amazônica e congoleza no final do século XIX e início do século XX. Trata-se de *À margem da história* (1909), de Euclides da Cunha; e *Coração das trevas* (1902), de Joseph Conrad. Desejamos destacar o contexto de produção de tais obras, como também realçar o caráter de denúncia que ambos os textos possuíam naquele momento. Euclides da Cunha e Joseph Conrad trouxeram à baila o preço pago por seringueiros nordestinos e congolezes na exploração de alguns produtos coloniais.

Palavras-chave: Denúncia; *À margem da História*; *Coração das trevas*.

Abstract:

The text presented here, resulted of discussions in the classroom, aimed to analyze and compare two literary works produced in similar periods, but on different continents who treated the livelihoods of forest peoples of the Amazon and Congo in the late nineteenth and early twentieth century. These are *À margem da História* (1909), by Euclides da Cunha, and *Heart of Darkness* (1902), by Joseph Conrad. We wish to emphasize the context of production of such works, as well as enhance the character of the report that both texts possessed at that time. Euclides da Cunha and Joseph Conrad brought up the price paid for the northeast rubber tappers and Congolese on exploitation of some colonial products.

Key-words: Report; On the sidelines of history; Heart of Darkness.

O artigo que ora iniciamos apresenta uma proposta não muito ousada. Objetivo rememorar um momento da história em que o intelectual possuía uma função de historiador, jornalista, literato e também de denunciante. Elegi como parte do meu recorte, o cotejamento de duas obras literárias escritas em períodos muito próximos, em continentes diferentes, mas que tratam de temáticas semelhantes. Uma delas é o conhecido *Coração das Trevas* (1902), do polonês naturalizado inglês Joseph Conrad, e a segunda é *À margem da História* (1909) do escritor brasileiro Euclides da Cunha.

As possibilidades de leitura e interpretação das obras acima são várias. Todavia, iremos nos focar na forma como ambos abordaram o modo de vida das populações das florestas do Congo e da Amazônia, envolvidas como estavam, no final do século XIX, com a produção, respectivamente, de marfim e látex.

Advirto ao leitor que este texto ainda não é fruto de um trabalho de fôlego, trata-se, na verdade, de um exercício de referenciar algumas pistas por meio das quais parti no início do

* Professor do Curso de História da Universidade Federal do Acre (UFAC), Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

doutorado. Tais pistas, por sua vez, são conclusões originadas no trabalho de sala de aula nas disciplinas de História do Brasil e História da África. Pode parecer um pouco caseiro tais considerações, mas tem o objetivo de demonstrar que os caminhos da pesquisa possuem várias idas e vindas que muitas das vezes são omitidas depois de finalizada. O que demonstra que a objetividade que nos é cobrada pelas agências de pesquisa e órgãos de fomento é mera formalidade a que as ciências humanas tiveram que se adaptar.

Desde o início de 2009, quando principiiei meu trabalho como professor na Amazônia, comecei a tomar contato com um conjunto da obra de Euclides da Cunha pouco conhecido, me refiro aos livros e artigos que ele escreveu sobre a Amazônia no início do século XX. No caso presente vamos tratar em específico de alguns aspectos da obra *À margem da história*, de Euclides da Cunha publicada postumamente no ano de 1909. E, ao assumir a disciplina de História de África procurei incorporar nas leituras de sala obras literárias que pudessem tratar do imperialismo europeu dentro do contexto de partilha da África. *Coração das trevas* apareceu-me como uma boa opção, por ser bem conhecido e pelo fato de que Joseph Conrad ter assumido a dianteira no que toca à temática da exploração colonial na África por meio da literatura.

À medida que amadurecia minha leitura de *Coração das trevas*, a comparação com *À margem da história* se fazia naturalmente. Pois o tom de denúncia de ambas é latente, e se intensifica sob o olhar do homem do século XXI. Apesar de serem produções de continentes apartados, ambas estão carregados com as tintas evolucionistas do final do século XIX, todavia, não são defensores do imperialismo. A bem da verdade é que tanto Euclides da Cunha como Joseph Conrad se encontravam no lado oposto da dominação colonial. Euclides da Cunha por ser um intelectual de um país periférico que almejava ser moderno sob a inspiração do modelo de desenvolvimento de nações como França e Inglaterra, e Conrad por ser um expatriado que adotou a nacionalidade da principal potência do planeta. Longe da resignação, a literatura funcionou para os dois como uma válvula de escape para suas insatisfações, como também um caminho para a construção de suas identidades pessoais.

Começemos situando primeiramente o escritor brasileiro.

Na virada do século XIX para o XX, Euclides da Cunha, assim como Sílvio Romero e tantos outros, construíram modelos interpretativos para a história nacional, os quais se guiavam pela definição de quem era o brasileiro, principalmente sob a ótica da etnologia. A grande questão para esses homens era como desenvolver uma nação formada a partir da mistura de raças cruzadas. Pergunta essa que se arrastou desde a segunda metade do século

XIX até o final da Primeira República. Para Euclides da Cunha, a questão racial não era a única face desse debate, o desconhecimento da geografia do Brasil e por consequência a não incorporação de boa parte do território brasileiro ao desenvolvimento que ele considerava importante, foi uma questão nevrálgica na sua obra, não apenas em *Os sertões*, mas também nos seus escritos amazônicos.

Para Euclides da Cunha, nós brasileiros não conhecemos nosso país, vagueamos num exílio subjetivo e estamos alheios a notícias desta terra. Quanto à questão da importância do domínio da geografia do território nacional, acompanhemos algumas passagens do artigo “Plano de uma Cruzada”, o qual foi publicado na obra *Contrastes e confrontos*, de 1907.

O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na rua do Ouvidor. Deslumbrados pelo litoral opulento e pelas miragens de uma civilização que recebemos emalada dentro dos transatlânticos, esquecemo-nos do interior amplíssimo onde se desata a base física real da nossa nacionalidade (Cunha, 2009, p. 29-33).

Levado a termo tal posicionamento, podemos afirmar que o Brasil do começo do século XX ainda se encontra preso em torno da geografia de nossa independência litorânea. Uma independência planeada entre as elites cariocas e o herdeiro do trono bragantino, evitando-se assim que o Brasil se desmembrasse em várias repúblicas e garantindo a unidade do Estado Nacional Brasileiro. Mesmo com a unidade territorial garantida no século XIX, o Brasil distante do litoral continuava excluído, até mesmo da própria história, a qual já começara a ser tecida dentro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. No dizer de Evaldo Cabral de Mello, trata-se da nossa historiografia saquarema, que relega ao esquecimento todos aqueles que nasceram fora do eixo centro-sul brasileiro.

A par disso, podemos refletir acerca da importância da obra de Euclides da Cunha, pois ele demonstrou como era precária a nossa pretensa unidade territorial projetada pelo estado imperial do século XIX, e também trouxe à tona questões que os brasileiros em geral não queriam tomar nota, a exemplo do Brasil insulado habitado pelos caboclos nordestinos. Questão essa trabalhada pelo autor na sua obra mais conhecida, *Os Sertões*.

A outra parte da obra de Euclides da Cunha, menos conhecida e pouco estudada e que guarda perspectivas semelhantes com *Os Sertões*, no que toca ao processo de domínio do território brasileiro por meio do conhecimento geográfico, são seus escritos sobre a Amazônia.

Euclides da Cunha escreveu artigos sobre a Amazônia antes mesmo de conhecê-la *in situ*. No ano de 1904 publicou três artigos no jornal o *Estado de São Paulo* e um para o jornal

O Paiz do Rio de Janeiro, cujo tema se referia à definição das fronteiras entre Brasil e Peru; tais artigos foram posteriormente publicados na obra *Contrastes e Confrontos*. Mas como nosso o foco principal é a obra *À Margem da História*, nos concentremos nela.

Na montagem de *À margem da história*, Euclides da Cunha incluiu apenas textos posteriores a sua viagem pela Amazônia, entre dezembro de 1904 a janeiro de 1906.

No ano de 1904, Euclides da Cunha estava famoso, porém desempregado. Depois de demitir-se do cargo de engenheiro da Superintendência de obras públicas de São Paulo, teve uma curta passagem na Comissão de Saneamento de Santos. Pleiteando um cargo em comissão no Itamaraty, através de negociação envolvendo o diplomata e acadêmico Oliveira Lima e o crítico literário e também acadêmico José Veríssimo, ele dispôs-se a seguir para o Mato Grosso, Acre ou para o Alto Juruá (Santana, 2000). Assim, Euclides da Cunha foi nomeado chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, que tinha por meta resolver a contenda acerca dos limites entre os dois países.

Já desde 1896, os caucheiros peruanos haviam atravessado o rio Javari, limite entre o Brasil e o Peru estabelecido desde meados do século XIX, e se mantinham nos vales do Juruá e Purus, garantidos por tropas peruanas. O tratado de Petrópolis, assinado entre Brasil e Bolívia em 17 de novembro de 1903, pelo qual a Bolívia cedia ao Brasil o território do Acre em troca de compensações territoriais e financeiras, desagradara bastante o Peru, pois esta nação possuía pendências de limites na região Amazônica com a Bolívia, o Brasil e a Colômbia. Euclides da Cunha, em dezembro de 1904 partiu para Manaus, local aonde teve início sua viagem, e retornou apenas em dezembro de 1905. Mas como nosso o foco principal é a obra *À Margem da História*, nos concentremos nela.

A primeira parte do livro, intitulada “Terra sem História (Amazônia)”, é composta de sete artigos em figuram dois personagens principais: a natureza e o homem.

Começamos então a tratar da protagonista dessa trama, a natureza. A grandiosidade e beleza da Amazônia prefigurada nas várias leituras de Euclides da Cunha acerca da região, causam-lhe um terrível desapontamento. Para ele, devido ao excesso de horizontalidade das paisagens do rio Amazonas, “em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inaturável e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares” (Cunha, 1941, p. 6). É como se a grandiosidade da natureza limitasse a curiosidade e a criatividade humana.

Ele avança neste raciocínio ao afirmar que o homem nestas paragens é um intruso impertinente; chegou num momento em que a natureza ainda não havia concluído seu

desenvolvimento e encontrou tudo em plena desordem. É um tipo de natureza que Euclides não aceita, seja em relação aos cursos tortuosos dos rios da planície amazônica, seja em relação à expansão e inflexão do volume das águas desses mesmos rios a cada seis meses. Irônica e angustiantemente Euclides da Cunha observa: “Depois de uma única enchente se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo” (Cunha, 1941, p. 7).

A definição do autor é de que se trata de uma beleza imperfeita e inconclusa dentro da cadeia do processo evolutivo; como se um homem contemplasse ali a natureza de idades remotas. “A Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo [...] tem tudo e falta-lhe tudo”. Ao contrário do sertão nordestino que criou as condições para a fixação do homem e permitindo que ali se forjasse uma raça mestiça original, na Amazônia o homem ainda não dominou a natureza, ele ali está numa completa agitação que nos termos do autor é “tumultuária e estéril” (Cunha, 1941, p. 21).

Ao ver com seus próprios olhos as condições que os sertanejos migrantes para a região amazônica se encontram, faz uma alerta quanto à urgência de medidas que salvem essa sociedade obscura e abandonada dos seringais. Euclides da Cunha depois de expor o escorchante regime escravocrata a que está submetido o intrépido sertanejo, em tom inflamado, aponta a necessidade de leis do trabalho que premiem o esforço daqueles que ali estão e impeça o excesso de desmandos a que estão submetidos esses brasileiros esquecidos.

Além disso, e acreditamos que seja o ponto alto da crítica do autor no capítulo “Impressões gerais”, de *À margem da história*, ele clama por uma fórmula que possibilite ao homem da Amazônia se “consorciar” definitivamente à terra. Tal afirmação não é feita a esmo, lhe cabendo, portanto, um destinatário preciso. Nos referimos aqui ao Brasil litorâneo entretido ante o consumo dos valores e bens de uma sociedade estrangeira e que se nega a olhar para dentro de si mesmo; que se nega a olhar para os seus sertões recônditos e suas florestas isoladas.

Ligado ao processo de domínio, incorporação e povoamento da Amazônia, Euclides da Cunha em alguns momentos traça paralelos de tal fato com o expansionismo imperialista inglês e Francês. Em *Contrastes e Confrontos*, o tema do imperialismo já fora abordado no artigo “Transpondo o Himalaia”, o qual trata do domínio inglês na região do Tibet. Presença essa lida como o avanço de uma civilização superior sobre uma sociedade aniquilada com inteligências mortas; energias gastas com excesso de orações por parte dos lamas tibetanos.

Sob tal ótica, o moderno imperialismo expansionista é passível de ser absolvido, pois é realizado de maneira sistemática e metódica, ao qual cabe o papel de adaptar os novos

colonos ante o clima caluniador das regiões conquistadas; como também dominar as raças incompetentes, atitude vista pelo autor como a redenção desses novos territórios.

Euclides da Cunha chama a atenção para o fato de que nas modernas nações imperialistas européias, há todo um conjunto de regras, códigos pré-estabelecidos que objetivam “transplantar integralmente a civilização para o seio adverso e rude dos territórios bárbaros” (Cunha, 1941, p. 51-2).

Ao revés de tal perspectiva, o povoamento da região do Acre foi realizado de maneira tumultuária; uma emigração anárquica e violadora de qualquer princípio de aclimação, na qual faltou qualquer resguardo administrativo de uma migração segura. Nas palavras do autor: “O povoamento do Acre é um caso histórico inteiramente fortuito, fora da diretriz do nosso progresso” (Cunha, 1941, p. 54).

O fator que determinou o povoamento da região não foi o desenvolvimento do país, que provoca a dilatação das populações “na marcha triunfante das raças”, a exemplo do que ocorreu com a Inglaterra. No caso em questão, o povoamento foi causado pela escassez, pela fome, pela fuga diante da miséria em que se encontravam as populações sertanejas, expulsas pelas secas intermitentes que assolam o nordeste brasileiro. Tais palavras são ainda mais duras quando Euclides da Cunha define o tipo humano que emigrou para a região, “[O povoamento] fez-se por uma seleção natural invertida: todos os fracos, todos os inúteis, todos os doentes e todos os sacrificados expedidos a esmo, como o rebotalho das gentes, para o deserto” (Cunha, 1941, p. 54).

Tais tipos, banidos pela ação governamental para o Acre com intuito de desaparecerem, pois já começavam a abarrotar os litorais nordestinos em função das grandes secas, não desapareceram. Fizeram o contrário. Dilataram a pátria no extremo oeste da Amazônia, a que Euclides se refere como “terra da promessa do Norte do Brasil”. Porém, tal povoamento ainda se faz em completo relaxo e abandono, sem a mínima assistência oficial.

Quanto às relações de trabalho ali desenvolvidas, o sertanejo será a peça motriz de uma anomalia gerada pelo egoísmo humano, o trabalho nos seringais. Ele é o homem que segundo o autor “trabalha para escravizar-se” (Cunha, 1941, p. 58). Euclides da Cunha enfatiza ainda as complicações daquele trabalho solitário e torturante, o seringueiro se encontra numa prisão sem muros, em que dia após dia vão se esvaindo sua inteligência e suas esperanças. Completa-se a este quadro lúgubre o problema da alimentação, à base de conservas e caças.

Mas o maior de todos os problemas é o isolamento e o abandono desses profissionais solitários. A extração do látex requer um número pequeno de indivíduos que vivem dispersos entre os imensos seringais. Para o autor, tal povoamento é a conservação do deserto, que impõe grandes desafios no fito de garantir condições de salubridade em tal pavoroso regime de existência.

Apesar disso, esse clima possui uma função superior. Ele seleciona os mais aptos e condiciona o povoamento, a despeito de toda a indiferença dos poderes públicos ele exerceu uma preciosa função fiscalizadora. Ele além de fiscalizar, saneou e moralizou. Nas palavras de Euclides da Cunha: “E chama-se insalubridade o que é um apuramento, a eliminação generalizada dos incompetentes. Ao cabo verifica-se algumas vezes que não é o clima que é mau; é o homem” (Cunha, 1941, p. 58). Vê-se dessa maneira que o trabalho nos seringais exerceu essa função de seleção natural no povoamento do Acre, segundo a ótica do autor.

Mantendo-se atento ao modo de vida do sertanejo na Amazônia, Euclides da Cunha no artigo “Judas Ahsverus”, ao narrar o episódio do sábado de aleluia às margens do Purus e a forma como o seringueiro comemora essa data, não está apenas traçando uma análise psicológica da identificação que há entre o seringueiro e o macabro boneco que representa a figura de Judas. Boneco esse confeccionado pelo próprio seringueiro. Podemos arriscar que há de certa maneira nessa narrativa catártica traços da própria personalidade de Euclides e de sua vida conturbada. Se o seringueiro se utiliza das rajadas de chumbo para vingar de si mesmo estropiando assim o corpo do maldito boneco, pela via escrita Euclides da Cunha estabelece uma identificação entre a angústia e o sofrimento do sertanejo isolado nos rincões amazônicos e a sua própria trajetória de vida (Cunha, 1941, p. 85-94).

Assentada em sólida pesquisa documental, a obra *Ciência e Arte*, de José Carlos Barreto Santana, pode nos auxiliar na compreensão da hipótese acima citada. Euclides da Cunha em 1892 conclui seu curso de Engenharia Militar, como também angaria o título de Bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais. A carreira militar não apeteceu em demasia os ânimos do escritor, e desde o início de suas atividades profissionais ele sempre reclamara que a farda militar já lhe caía muito pesada, e almejava encontrar uma atividade fixa que de acordo com as palavras de Barreto Santana, “pudesse [lhe] assegurar razoável estabilidade econômica e tranqüilidade para o desenvolvimento de suas inquietações intelectuais, preocupação que aparece reiteradas vezes em suas cartas” (Santana, 2001, p. 52).

E tal atividade fixa estava bem definida nos planos de Euclides da Cunha. Desde a criação da Escola Politécnica de São Paulo no ano de 1893, o jovem engenheiro civil

acalentava o sonho de integrar o quadro de professores dessa instituição, sonho esse nunca realizado. Dado os limites dos nossos objetivos, não podemos explorar em demasia todas as idas e vindas dos episódios que envolveram Euclides da Cunha nesse processo, mas algo é fato, todo esse processo angustiava bastante o escritor. Nem mesmo depois de ter se tornado conhecido nacionalmente, após a publicação de *Os Sertões* em 1902, conseguiu se integrar à Escola Politécnica de São Paulo.

O desejo de tornar menos áspera sua engenharia longe da estupidéz dos empreiteiros que o rodeavam, tinha lá seus motivos constantemente reafirmados pelo autor. Um deles era o fato de não poder se dedicar integralmente às suas atividades intelectuais; como também as suas constantes viagens compondo comissões de trabalho na área de Engenharia, pois não podia se furtar aos seus encargos de pai de família; soma-se isso a não convivência rotineira entre os homens que se dedicavam às atividades científicas no Brasil, os quais Euclides imaginava serem seus pares. A partir desse pequeno quadro podemos vislumbrar as várias possibilidades que representavam a realização desse sonho. Inclusive, em carta a Plínio Barreto no final de 1904 antes de embarcar para Manaus na missão de reconhecimento do Purus na Amazônia, ele ainda não descartava a possibilidade de se integrar aos quadros da Escola Politécnica de São Paulo.

Não queremos com tal assertiva estabelecer uma relação de causa e efeito entre a vida pessoal de Euclides da Cunha e sua escrita, todavia, são indícios que não podem ser desconsiderados.

Euclides da Cunha concluiu seus estudos superiores entre os anos de 1889 e 1892 na Escola Militar da Praia Vermelha e, segundo Barreto Santana, desde o último quartel do século XIX essa instituição já estava aberta ao debate das principais doutrinas científicas da época, como o evolucionismo, o positivismo e o determinismo. Em tal ambiente intelectual, os alunos comungavam da idéia que por meio do conhecimento científico as nações poderiam atingir o progresso.

Se Euclides da Cunha carregou durante longos anos a frustração de não ver concretizados em toda sua plenitude seus anseios profissionais, essa frustração pode ser estendida para a jovem república brasileira na qual ele depositava suas mais nobres e idealizadas esperanças. De tal sorte, que sua literatura estava carregada de um pessimismo quanto ao futuro do país, caso não se efetivasse uma série de obras de melhoramento.

Nesse sentido, o seringueiro travestido em Judas, pode ser lido como um alterego às avessas do próprio Euclides da Cunha. Era sob tal aspereza e miséria que ele lia o Brasil distante da Rua do Ouvidor, era sob tal aspereza que em alguns momentos ele via a si mesmo.

Em *À margem da história*, apesar de suas frustrações quanto à beleza da Amazônia e o modo terrível de vida do sertanejo para lá migrado, Euclides da Cunha ainda mantém sua proposta acalentada em 1904, da integração da região como base da nacionalidade brasileira.

Euclides da Cunha não tinha em mente articular o pensamento imperial europeu a serviço do domínio do território brasileiro. Ao contrário disso, ele produziu uma literatura como projeto para o desenvolvimento do país e melhoria das condições de vida da população brasileira. Obviamente suas idéias tinham como parâmetro o velho mundo, mas pensadas e adaptadas à realidade brasileira. Ele não lia seu país como se fosse intelectual estrangeiro.

Se Euclides da Cunha denunciou as agruras das populações exploradas dentro de seu próprio país, Conrad com uma trajetória de vida completamente diferente o fez também, porém com uma narrativa nada objetiva comparada a de Euclides da Cunha.

A narrativa da novela *Coração das trevas* possui um estilo confuso e indireto, construído a partir das memórias do marinheiro Charlie Marlow, que esteve na África e agora apresenta suas lembranças a alguns membros de uma pequena tripulação da qual faz parte, junto às águas do Tâmsa. A trajetória de Marlow representa de certo modo a trajetória de muitos homens europeus – inclusive do próprio Conrad – que enxergavam na África a possibilidade de um enriquecimento rápido, e como preço a pagar por isso deveriam enfrentar as trevas; enfrentar o outro e sua cultura que se encontram de antemão subjugados. Referir-se às trevas é se referir ao incompreensível, ao abominável.

No início do texto, Marlow procura narrar aos companheiros como deveria ter sido a sensação dos romanos ao se aproximar do Tâmsa. Conrad utiliza-se dessa passagem da novela para que sua personagem principal, Marlow, emita suas opiniões a respeito da conquista romana.

Eram conquistadores, e para isso basta a força bruta – nada de que alguém possa se vangloriar, pois a sua força não passa de um acidente produzido pela fraqueza dos outros. Eles se apoderavam de tudo o que podiam, sempre que tinham a oportunidade. Era simples roubo, assalto à mão armada, latrocínio numa escala grandiosa, e esses homens o praticavam cegamente – como convém a quem investe contra as trevas. A conquista da terra, que antes de mais nada significa tomá-la dos que têm a pele de outra cor ou o nariz um pouco mais achatado que o nosso, nunca é uma coisa bonita quando a examinamos de perto. (Conrad, 2008, p. 14-5)

Indiretamente Conrad está se referindo ao próprio imperialismo inglês, todavia sua condição de vida na Inglaterra não era de total segurança. O fato de ser um emigrado sem pátria e a consciência da concorrência com os escritores ingleses, de certo modo contribuíram para que ele não assumisse diretamente à crítica ao imperialismo inglês.

Luiz Costa Lima analisa esse comportamento titubeante de Conrad como algo negativo. Por outro lado, esse crítico literário nos lembra, mais uma vez, que o fato de fazer parte de uma nação riscada do mapa na segunda metade do século XIX, faz com que Conrad assuma em relação ao imperialismo inglês uma posição de “resignação, paralisia, recusa de tomar parte ativa em qualquer ação, pois a perda estava de antemão selada” (Lima, 2003, p. 152). Segundo Costa Lima, o próprio Conrad em algumas de suas correspondências deixava claro que ele era fiel a uma causa absolutamente perdida, a uma idéia sem futuro. A partir desses indícios podemos afirmar que não era seu objetivo consciente construir um livro denúncia. Todavia, a causa perdida a que se referiu é um dos ingredientes da sua literatura e da sua angústia também. O compromisso com uma idéia irrealizável pode parecer contraditório, mas significa não perder de mira o sonho, o desejo do novo. Essa perda selada de antemão se aplica ao caso da África também, melhor dito seria: se aplica também à representação africana elaborada pela construção literária de Conrad.

Coração das trevas começou a ser editado em fevereiro de 1899 na *Blackwood's Magazine*, no final de dezembro do ano anterior Conrad dirigindo-se ao editor da revista comenta que sua idéia inicial a respeito da novela que está compondo era “criticar não o próprio projeto colonial, mas sim a ineficiência e o egoísmo que o marcavam” (Lima, 2003, p. 200). Na *Blackwood's Magazine* fora publicada em três partes no ano de 1899, e em 1902 Conrad editou as em conjunto sob o formato de livro com o título *Heart of Darkness*.

A ida de Conrad para a África não foi um caso fortuito. Em função dos contatos e interferências de familiares que viviam fora da Polônia, Conrad é logo informado de que a recém fundada *Société Anonyme Belge pour Le Commerce Du Haut-Congo* contratava funcionário para o empreendimento. As palavras de Luiz Costa Lima são mais escalarecedoras:

Dadas suas contínuas dificuldades de emprego, vê aí uma inesperada oportunidade. Utiliza-se das relações sociais, sobretudo de sua tia Marguerite Poradowska, e, favorecido por sua fluência no francês, consegue ser selecionado. Deveria capitanear um barco fluvial da société. Na verdade, sua ida à África será, materialmente, um desastre. Como informa Zdzislaw Nadjer [seu biógrafo], não permanecerá no Congo mais de seis meses [junho a dezembro de 1890]. Em 1º de fevereiro de 1891 já está de volta a Londres (Lima, 2003, p. 187).

Ao retornar à Europa não inicia de imediato sua produção de romances, somente quatro anos após seu retorno do Congo é que ele publica seu primeiro romance, *Almayer's Folly* (1895). Apoiando-se nas afirmações dos biógrafos de Conrad, Costa Lima relata que a estadia no Congo, estimulou as crises psíquicas do autor e criou as condições para que o lado romancista de Conrad se afirmasse em detrimento do marinheiro. Referindo-se ao contexto de produção do *Almayer*, ele nos lembra também que a marca sociopolítica que fascina Conrad “é o desequilíbrio entre o homem e o meio, a exposição do indivíduo a um mundo que o demanda e ao qual não tem meios apropriados para responder” (Lima, 2003, p. 148).

Esse indivíduo é o homem branco que se encontra nos trópicos distante da Europa. Observação que nos auxilia na compreensão de *Coração das trevas* e entender o significado dúbio da palavra trevas, entendido como o barbarismo do homem branco na África, e por outro lado há uma conotação psíquica em trevas. O homem branco longe da vigilância incessante torna-se um agente do horror nas colônias, ou por iniciativa própria ou por estímulo das companhias a que serve.

A personagem do agente colonial Kurtz é o exemplo emblemático dessa questão, e Conrad lança mão de vários recursos para despertar no leitor a curiosidade em conhecer o homem que é extremamente admirado pelos funcionários da Companhia, por ser um grande acumulador de marfim.

Segundo Costa Lima,

Kurtz não era um comerciante rotineiro, mas alguém que acreditara na capacidade civilizatória da iniciativa branca, que não se sabe como ou quando se desligara de seu etos, tornando-se um adepto de práticas hipócrita e repressivamente inibidas pelas autoridades. [...] no interior da selva, Kurtz libera-se dos valores repressivos dos membros de seu grupo e a selva dele se vinga revelando sua qualidade de homem oco (Lima, 2003, p. 222-4).

A expressão homem oco refere-se ao fato de que Kurtz havia se liberado de todas as suas restrições civilizacionais, e travava uma luta interna consigo mesmo. No intuito de levar à cabo seu objetivo, a qualquer preço, Kurtz acaba se perdendo ao longo de sua caminhada, pois perdera a dimensão daquilo que seria um ato desviante e, de igual modo, “perdera o meio de se auto-reconhecer [...] pois rompera com as regras de permissão e proibição que demarcam uma cultura” (Lima, 2003, p. 225). O próprio Conrad pode nos ajudar a completar esse raciocínio, “Mas a alma dele [Kurtz] estava louca. Vivendo sozinha na selva, ela olhara no fundo de si mesma e, pelos Céus eu lhes garanto, ficara louca” (Conrad, 2008, p.105).

Coração das trevas se torna atual a partir do momento que o comportamento de Kurtz pode ser lido como um desvio. Ao longo da obra, Conrad deixa claro o quanto Kurtz era

admirado como o maior acumulador de marfim da companhia, seu comportamento não era desviante, era a regra. Kurtz era a efetivação do etos civilizacional do homem branco na África.

A narrativa de *Coração das trevas*, como dissemos anteriormente, é construída a partir das lembranças do marinheiro Marlow, o qual não é o único narrador, ele é apresentado aos leitores por um narrador implícito. Até chegar de fato à África Marlow percorrerá uma longa viagem, desde sua partida em Bruxelas até chegar à embocadura do Rio Congo. Depois de trinta dias de viagem, ele ainda não havia chegado ao local em que iria assumir o comando de um vapor, o qual fica uns trezentos quilômetros da costa. Logo nos primeiros quilômetros do rio, precisamente onde se localiza o primeiro posto da Companhia, ele presenciou detonações de rochas para a construção de uma ferrovia. Mas um som não muito habitual despertou a curiosidade dele,

Um ligeiro ruído metálico atrás de mim fez-me virar a cabeça. Seis homens negros avançavam em fila, esforçando-se para prosseguir na subida. Caminhavam eretos e lentos, equilibrando na cabeça cestos cheios de terra e aquele tilintar acompanha o ritmo dos seus passos [...] Eu podia distinguir todas as suas costelas, as juntas dos seus membros lembravam nós numa corda, cada um trazia uma coleira de ferro no pescoço e todas estavam unidas por uma corrente cujos grandes elos oscilavam entre os homens, chacoalhando ritmicamente (Conrad, 2008, p. 28).

Desnecessário é qualquer comentário acerca da passagem anterior dada sua clareza. Mesmo que Conrad não tivesse a intenção principal de compor um romance denúncia, fato destacado por alguns dos seus críticos (Lima, 2003), é evidente sua intenção de mostrar ao leitor que os fatos presenciadas por ele na África o chocavam.

Apesar de Conrad não ter militado diretamente na luta anticolonial, desejamos destacar que sua obra foi recebida sob tal ótica, um trabalho de denúncia. A partir de seu texto, outras obras literárias como *Red Rubber* (1907), do inglês Edmond Morel; *Voyage au Congo* (1927), de André Gide vieram à baila, como também a fundação de associações contrárias à presença européia na África como a Congo Reform Association (CRA), fundada em 1904.

Para Luiz Felipe de Alencastro, Conrad não estigmatiza apenas o colonialismo belga no Congo, mas o colonialismo na sua generalidade. Há de maneira difusa um pensamento anticolonialista em *Coração das trevas*. Ele chega ao Congo em 1890 e constata que a missão civilizadora européia significava a sujeição dos africanos. “Antes mesmo da exploração dos nativos se exacerbar com as exportações de borracha que terão início no começo do século

XX, Conrad presente as conseqüências profundas do aviltamento moral levado a cabo pelo colonialismo belga” (Alencastro, 2008, p. 161-70).

Todavia, como homem do seu tempo, Conrad acredita na superioridade da sociedade européia diante das sociedades não ocidentais. Observemos a descrição que Marlow dá acerca do negro fogueira que trabalhava no seu vapor:

E eu ainda precisava tomar conta do selvagem que fazia as vezes de fogueira. Era um espécime evoluído; sabia manter acesa uma caldeira vertical. Ficava logo abaixo de mim, e, dou-lhes a minha palavra, vê-lo trabalhar era tão edificante quanto assistir a um cão andar nas patas traseiras [...] Alguns meses de treinamento haviam bastado àquele excelente sujeito (Conrad, 2008, p. 60).

Para a política internacional do colonialismo, tais tipos de estigmas foram extremamente importantes na construção do discurso que justificava a partilha da África e sua completa sujeição à Europa. Repitamos mais uma vez: a incompreensão do outro julgamos ser uma das facetas mais destacadas dentre os vários sentidos que as trevas podem ter.

E, assim como Euclides da Cunha, quando analisava a paisagem não dominada pelo progresso e civilização da Amazônia do início do século XX, Conrad também observa a natureza africana sob a ótica do evolucionismo. Acompanhemos a passagem seguinte,

Subir aquele rio era como viajar de volta aos primórdios da existência do mundo, quando a vegetação cobria a Terra em desordem e árvores imensas reinavam nas matas. Um curso de água intacto, um grande silêncio, uma floresta impenetrável. O ar era quente, denso, pesado, inerte. Não havia alegria alguma no brilho da luz do sol. Os longos trechos de rio se estendiam desertos, até a escuridão das distâncias envoltas em sombras [...] Penetrávamos mais e mais fundo no coração das trevas (Conrad, 2008, p. 55-8).

Nos dias que correm a distância temporal que nos separa do mundo de homens como Euclides da Cunha e Joseph Conrad é pequena, comparada ao enorme distanciamento das formas de ler e interpretar o mundo possuídas por tais homens e nós. Ambos de uma forma ou de outra estavam envolvidos com a incorporação dos últimos rincões que o capitalismo ainda não havia absorvido até o século XIX, seja a serviço do seu próprio país como Euclides da Cunha ou como membro de uma Companhia estrangeira que explorava as riquezas do continente africano, no caso de Conrad. O mundo da oralidade visual e da rapidez de divulgação de imagens e informações que vivemos hoje esmaece a função social que outrora possuía o texto literário. Uma função de divulgação de informações, de teorias científicas, de politização e, como não poderia deixar de ser, de sobrevivência e consagração de muitos homens. Com o mundo das mídias digitais ganhamos em velocidade de informação, todavia

perdemos em estímulo à curiosidade. Pelos menos é essa a opinião da maioria daqueles que ainda trabalham em torno do texto e da escrita. O mundo atual se comunica com as pessoas por meio da sucessão de imagens e sons, o intelectual que tinha a função de intermediador e processador de informações não mais existe. Encontramo-nos, assim, nesse limiar entre o mundo da escrita, já bastante desvalorizado para a maioria, e o mundo digital. O intelectual da atualidade, sobretudo o historiador, longe de imaginar que estudará o passado como forma de divulgá-lo para um conjunto de leitores que não teriam acesso a estas informações, deve principalmente possuir uma postura política combativa. De igual maneira, deve repensar sua escrita, a qual à medida que possui exacerba seu esoterismo, mais nos afasta da sociedade que nos rodeia. Creio que este não é o caminho quando o historiador assume uma postura de luta contra os despojos do passado oferecido nos pelas classes vencedoras.

Referências Bibliográficas:

ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Posfácio”. In: *Coração das Trevas*. Trad. Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CONRAD, Joseph. *Coração das Trevas*. Trad. Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CUNHA, E. *À margem da história*. 5ª ed. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1941.

_____. *Contrastes e Confrontos*. Disponível em:

[http://www.euclides.site.br.com/downloads/euclides/euclides_contrastes.pdf]. Acessado em: 10/08/2009, p. 29-33.

LIMA, Luiz Costa. *O redemunho do horror: as margens do ocidente*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

SANTANA, José Carlos Barreto de. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. *História Ciências Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, Vol.6, p.901-917. Set 2000.

_____. *Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo Hucitec; Feira de Santana: UEFS, 2001.